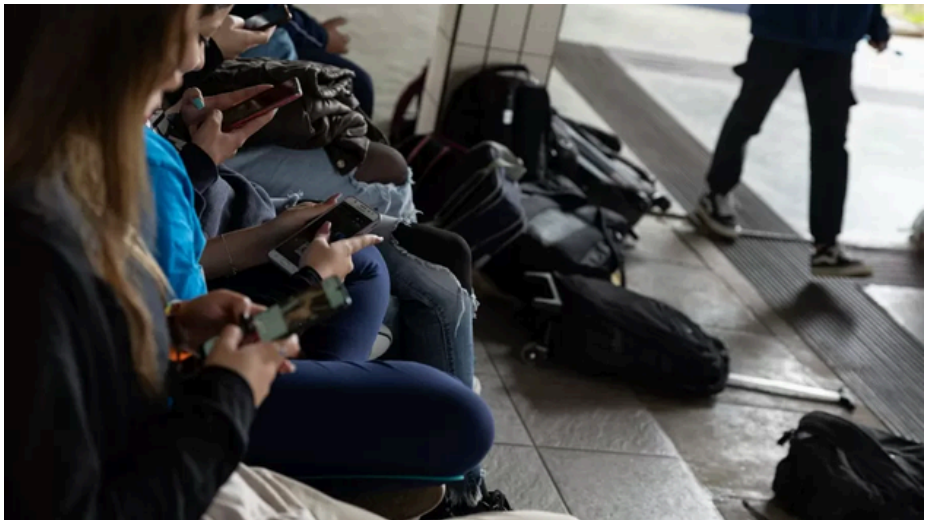
FRENTE DA SAÚDE MENTAL

BOLETIM Nº 19 - FEVEREIRO/2025

Em fevereiro, ocorreu o encontro para o Planejamento Estratégico da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental. O Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE) apresentou o PL 277/2025, que institui a ludoterapia como abordagem terapêutica obrigatória no SUS para a saúde mental infantil. A FPSM se reuniu com a Secretaria Nacional da Juventude e o CONJUVE para fortalecer a articulação sobre pautas da juventude no legislativo. Além disso, participou de uma ação de incidência no Senado sobre o PL 1637/2019, que trata da imposição de medida de segurança para inimputáveis.

Educação midiática como aliada da promoção à saúde mental



A Lei nº 15.100/2025, sancionada em 13 de janeiro de 2025, restringe o uso de celulares nas escolas. Foto: Mathilde Missioneiro/Folhapress

Faz tempo que, no Brasil, a saúde mental tem sido foco de preocupação da comunidade escolar. O relatório sobre a **Situação Mundial da Infância**, apontou que um em cada seis brasileiros entre 10 e 19 anos de idade viva com algum transtorno mental, parcela mais exposta ao risco de depressão e suicídio. Um mapeamento feito pela Secretaria de Educação de São Paulo, por exemplo, identificou que 69% dos mais de 642 mil estudantes da rede estadual relataram ter **sintomas ligados à ansiedade**. E parte desse problema tem sido atribuído ao uso indiscriminado da internet e das redes sociais.

No início deste ano, foi sancionada a **lei que restringe o uso de celulares nas escolas** e essa foi uma proposta legislativa que se apresentou sustentada basicamente por dois argumentos principais: a busca pela melhoria das condições de ensino e necessidade urgente de proteção à saúde mental dos estudantes. No Brasil, sua recente promulgação, aliada a aprovação do **PL n° 2.628/2022** no Senado colocam o país na mesma direção da União Europeia, Reino Unido e Austrália que implementaram legislações para prevenir os efeitos do uso abusivo de tecnologias.

Acontece que já houve no Brasil uma iniciativa proposta pela Assembleia Legislativa de São Paulo **(Lei 12.730/2007)**, cujo objetivo foi o de proibir celulares na escola, mas não vingou. Uma possível explicação para a sua falta de efetividade é que a legislação decidiu pouco e delegou mal, pois previa apenas a proibição do uso de celulares por alunos no horário de aula (art. 1º) e a regulamentação pelo Executivo (art. 2º).

A lei tem o objetivo de melhorar o foco no aprendizado, reduzir distrações e combater problemas relacionados ao uso inadequado de tecnologias. Foto: Canva

Essa experiência demonstrou que a proibição por si só não basta. Apesar da medida ser amplamente defendida por professores, alguns alertam ainda para a necessidade de se criar formas de lidar com uma geração marcada pela **dependência em tecnologia**, em alguns casos patológica, não apenas pelo uso indiscriminado. Um dos primeiros **estudos** no mundo a analisar as regras de uso de celulares nas escolas, concluiu que a proposta não melhorou as notas, nem a sensação de bem-estar. Especialistas apontam que ainda faltam mais evidências de que esse tipo de política restritiva leva a uma melhora da saúde mental e reforçam que a proibição deve ser acompanhada de **educação midiática** para o uso saudável da internet.

Entendemos que a tecnologia pode ser uma grande aliada quando utilizada com intencionalidade e planejamento, mas é necessário se criar estratégias para se garantir o uso pedagógico do celular na escola. O Ministério da Educação (MEC) criou **guias** para orientar o uso dos dispositivos nos momentos em que tiverem finalidade educativa. A FPSM segue atenta à pauta e acompanha a implementação da Lei para que a mesma se efetive como uma oportunidade para a promoção da saúde mental do segmento.

Planejamento Estratégico

Encontro para definir o Planejamento Estratégico da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental. Foto: Frente da Saúde Mental/Divulgação

No último dia 20 de fevereiro, ocorreu em Brasília um encontro para o Planejamento Estratégico da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental. A atividade aconteceu no Centro de Formação do SESI Departamento Nacional, situado no Setor Bancário Norte.

Esse encontro cumpriu uma das etapas de construção da Agenda Legislativa para o Biênio 2025/2026 e destinou-se aos deputados da mesa diretora da FPSM, parlamentares coordenadores dos eixos temáticos e suas assessorias, membros do Conselho Consultivo, além de convidados externos. O presidente da Frente, Deputado Pedro Campos (PSB-PE), representou[1] a mesa diretora no evento. Também estiveram presentes 13 instituições do Conselho Consultivo, entre elas: Conselho Federal de Psicologia (CFP); Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH); Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde Mental/UFRJ (Nuppsam); Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD); Frente Nacional de Negras e Negros da Saúde Mental (FENNASM); Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Fundação José Luis Egydio Setúbal (FJLES); Instituto Cactus; Vital Strategies. Além disso, participaram como convidadas a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Fundacentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Planejamento Estratégico

Encontro para definir o Planejamento Estratégico da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental. Foto: Frente da Saúde Mental

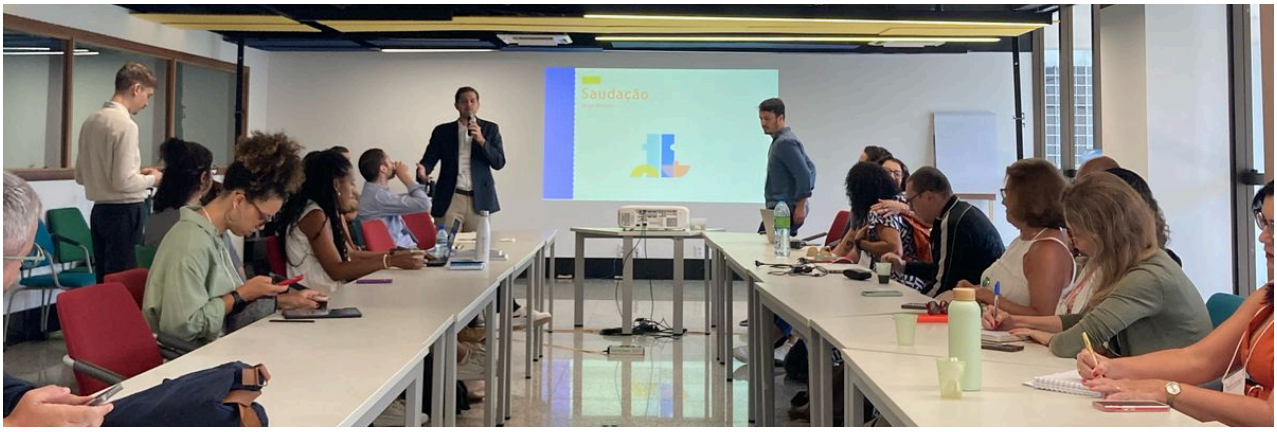
>>> SOBRE O CONTEXTO

Em outubro de 2024, solicitamos um levantamento à Consultoria Legislativa do Senado sobre os Projetos de Lei (PL) em tramitação no Congresso Nacional, a partir de uma lista com 99 palavras-chave. No início do mês de dezembro, recebemos a resposta com 630 PLs na Câmara e, no Senado, 80, totalizando 710 propostas - um aumento de 40% se comparado à Agenda 23-24. Em seguida, empregamos critérios analíticos e de exclusão/ inclusão na pré-análise para o Planejamento Estratégico.

>>> SOBRE A METODOLOGIA

Foram utilizados como critérios analíticos: a) Categorização por Coordenação Temática da FPSM (até 3); b) Categorização por tema (até 3). Uma vez categorizado o conjunto de PLs em tramitação, conforme exposto, e visualizado um panorama geral das proposições, foram empregados critérios de exclusão/seleção: possibilidade de aprovação, observando: i) regime de tramitação; ii) tempo de existência; e iii) tempo de tramitação, sendo selecionados 181 PLs na Câmara e 40 no Senado. Além disso, foi observada a relação com Políticas Públicas, se: i) nenhuma relação; ii) sobreposição; iii) conflito; e iv) complementação. Após a aplicação desses crivos, chegou-se a um conjunto de 35 proposições legislativas.

Planejamento Estratégico



Encontro para definir o Planejamento Estratégico da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental. Foto: Frente da Saúde Mental

>>> PRÉ-ANÁLISE DA MATRIZ LEGISLATIVA

A Secretaria Executiva da FPSM elaborou um documento com a pré-análise sobre o resultado da sistematização da Matriz Legislativa para Agenda da Saúde Mental 2025-2026. Esse documento serviu como instrumento de preparação para a participação no encontro de Planejamento Estratégico. Neste documento constava um formulário com os 35 PLs pré-selecionados onde poderiam ser inseridos os comentários de cada convidado para o planejamento estratégico com o posicionamento institucional sobre cada um deles, estratégias de incidência e sugestão de elaboração de PLs sobre temas que ainda não foram legislados. O resultado das contribuições foi sistematizado para a atividade de planejamento.

>>> ENCONTRO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

As atividades inseridas na programação do encontro tiveram o objetivo de aprofundamento do debate sobre todo esse material. A metodologia proposta buscou promover um espaço em que fosse possível incorporar as considerações de cada instituição para a tomada de decisão sobre inclusão ou não das proposições analisadas na agenda e possíveis estratégias de incidência para aprovação ou reprovação da matéria. As orientações do Conselho Consultivo agora seguem para a validação da Mesa Diretora da Frente. A previsão é que o lançamento da Agenda Legislativa 2025-2026 ocorra em maio do corrente ano.

Aconteceu no Congresso

Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE). Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

>>> Protocolado pelo Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), coordenador do eixo de saúde mental e atenção especializada da FPSM, o **PL nº 277/2025** que institui a ludoterapia como abordagem terapêutica obrigatória no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo sua implementação em unidades de saúde destinadas à saúde mental infantil, e dá outras providências.

>>> Protocolado pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP), o **PL nº 130/2025** institui a Política Nacional de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis e autoriza a criação de ambulatórios de atendimento multidisciplinar para pessoas trans e travestis em todas as capitais brasileiras.

>>> Apresentado pela Deputada Daniela do Waguinho (UNIÃO/RJ), o requerimento de envio da Indicação **INC nº 127/2025** ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão da disciplina Saúde Mental como componente curricular obrigatório da educação básica.

>>> Protocolado pelo Deputado Dimas Gadelha (PT/RJ), o **PL nº 226/2025** que altera a Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre medidas de segurança no atendimento terapêutico multidisciplinar de crianças com deficiência

>>> Protocolado pela Deputada Rosangela Moro (UNIÃO/SP), o **PL nº 329/2025** que institui a Política Nacional de Promoção de Fatores de Proteção da Saúde Mental de Meninas.

Aconteceu no Congresso

Protocolado PL que dispõe antidepressivos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do SUS. Foto: Canva

>>> Protocolado pelo Deputado Acácio Favacho (MDB/AP), o **PL n° 387/2025** que dispõe sobre a inclusão de medicamentos antidepressivos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação do Programa Nacional de Acompanhamento Psicofarmacológico e dá outras providências.

>>> Protocolado pelo Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), o requerimento **RIC n° 418/2025**, solicitando informações a respeito da omissão da ANS no âmbito regulatório relacionado ao cancelamento de planos de saúde para autistas.

>>> Protocolado pelo Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), o requerimento **RIC n° 437/2025**, solicitando informações a respeito das medidas adotadas pelo Ministério para combater o vício em jogos.

>>> Protocolado pelo Deputado Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP), o **PL n° 637/2025** que assegura o direito de todas as crianças e adolescentes ao acompanhamento psicológico gratuito, fortalece os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e integra as ações à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS e dá outras providências.

ESTAMOS DE OLHO

>>> Protocolado pelo Deputado Ismael (PSD/SC), o Requerimento **REQ nº 630/2025** de Constituição de Comissão Especial de Estudo que propõe a Criação da Comissão Especial em Defesa das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras. De acordo com o requerimento, a Comissão visa regulamentar, fortalecer e ampliar o suporte governamental a essas instituições.

A Frente por aí...

Carolina Costa (Child Mind Institute), Dayana Rosa (IEPS), Vinicius Felipe de Souza (Coordenador de Projeto da SNJ), Angelica Duarte (IEPS), Filipe Asth (Secretário Executivo da FPSM) e Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves (Diretor de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude da SNJ). Foto: Frente da Saúde Mental

>>> No dia 18 de fevereiro, estiveram reunidos na Secretaria Nacional da Juventude: Filipe Asth (Secretário Executivo da FPSM), Angelica Duarte (IEPS), Dayana Rosa (IEPS), Carolina Costa (Child Mind Institute), Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves (Diretor de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude da SNJ) e Vinicius Felipe de Souza (Coordenador de Projeto da SNJ). A reunião foi motivada principalmente pela necessidade de retomada do diálogo sobre o tema de destaque da Conferência Nacional da Juventude, que aconteceu em Dezembro de 2023: saúde mental representou 41% do total de propostas para o Eixo Saúde. A Secretaria Nacional da Juventude, como órgão executivo do governo, reconheceu a importância da conexão com a Frente Parlamentar, vendo nela um potencial apoio para avançar na tramitação de pautas da juventude no legislativo.

>>> No dia 19 de Fevereiro, ocorreu um encontro com a Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), Bruna Brelaz e com o Secretário Executivo do CONJUVE, Matheus Diniz de Souza. Estiveram nesse encontro: Filipe Asth (Secretário Executivo da FPSM), Amanda Gregorio (Conselheira de Saúde do CONJUVE e Analista de Advocacy da Fundação Jose Luiz Egydio Setúbal), Angelica Duarte (IEPS), Dayana Rosa (IEPS) e Carolina Costa (Child Mind Institute).

A Frente por aí...

Reunião com o Senador Marcelo Castro (MDB-PI), ex-ministro da Saúde e recém eleito presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Foto: Frente da Saúde Mental

>>> No dia 19 de Fevereiro, ocorreu uma ação de incidência sobre o **PL nº 1637/2019**, que prevê a imposição de medida de segurança para inimputável, encaminhado para o Senado após aprovação na Câmara, em dezembro de 2024, do texto substitutivo aos PLs n° 1.637 e 3.356, de 2019; 1.741, 2.851 e 6.027, de 2023; e 551, de 2024. A ação foi organizada pela Secretaria Executiva da FPSM com as seguintes instituições que compõem o Conselho Consultivo: Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas (PBPD). Entre as atividades previstas, ocorreu uma reunião com o Senador Marcelo Castro (MDB-PI), ex-ministro da Saúde e recém eleito presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Saúde Mental *em Pauta*

O que consta a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Foto: Divulgação

>>> A regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) impõe um limite de 30 dias anuais para internação psiquiátrica, além de exigir coparticipação de 50% dos custos hospitalares após esse período. A norma prejudica pacientes em condições graves, como depressão resistente e risco de suicídio, que muitas vezes precisam de mais tempo para que os tratamentos sejam eficazes. Muitas famílias, sem condições de arcar com os altos custos, acabam solicitando altas precoces, interrompendo o tratamento antes do tempo adequado, o que aumenta o risco de recaídas e complicações. Essa restrição não se aplica a outras especialidades médicas, caracterizando uma discriminação contra pacientes psiquiátricos. Segundo o Dr. Renato Luiz Lopes de Castro Lobo, Vice-presidente da APRISME – Associação Privada de Saúde Mental, a regulamentação da ANS deveria ser mais inclusiva, eliminando ou revisando a coparticipação abusiva para garantir que os portadores de sofrimento mental tenham acesso pleno ao tratamento, sem barreiras financeira

Estudo financiado pelo Ministério da Saúde está aberto a entrevistas. Foto: Divulgação

>>> **Estudo pioneiro** financiado pelo Ministério da Saúde vai detalhar características e usuários dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O projeto prevê a realização de entrevistas a partir deste mês de março com coordenadores de serviços e com usuários de municípios espalhados pelo país. A iniciativa visa aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos serviços de saúde mental e seus usuários, fortalecendo as políticas públicas no setor.

Saúde Mental *em Pauta*

Auditoria realizada pelo Ministério da Saúde visa avaliar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (Raps). Foto: Canva

>>> Ministério da Saúde, por meio do DenaSUS, realizou uma auditoria para avaliar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) na Atenção Primária à Saúde (APS) entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023 - Foram visitadas 156 Unidades de Saúde e analisadas 194 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e 71 equipes multiprofissionais (eMultis) em todas as regiões do país. O estudo mapeou desafio boas práticas em acolhimento, capacitação, registro de informações e gestão, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas de saúde mental no SUS. Os resultados foram apresentados em um encontro com especialistas, reforçando a importância da auditoria para estruturar e fortalecer a rede. Entre os principais achados, a auditoria identificou que, apesar da existência de critérios para classificação de risco, a continuidade do cuidado ainda enfrenta desafios. A capacitação de profissionais, em promovida por algumas Secretarias Municipais de Saúde, precisa ser ampliada. Além disso, embora a maioria das UBS registre os atendimentos, a troca de informações entre os serviços ainda é limitada. No aspecto de gestão, há necessidade de maior integração entre os planos municipais e regionais de saúde mental. O levantamento servirá como base para aprimorar as ações do SUS e reforçar o atendimento na APS.

Saúde Mental *em Pauta*

Flávio Dino mantem o funcionamento do Hospital de Custódio e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, em Niterói. Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

>>> Uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, **manteve o funcionamento** do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, em Niterói, e dos demais lugares destinados ao cumprimento das medidas de segurança e internação. A decisão atendeu ao mandado de segurança da Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro (PGE-RJ) impetrado contra a norma do CNJ.

>>> O Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês pelo Proadi-SUS, abriu inscrições até 19 de março para um curso EaD de promoção da saúde mental nos programas de residência. Com 80 vagas e 180 horas de duração, a qualificação é voltada para preceptores, tutores, coordenadores e profissionais de apoio psicológico e psicopedagógico ligados a programas de residência médica e multiprofissional. O objetivo é capacitar esses profissionais para implementar estratégias de cuidado, bem-estar e prevenção do assédio. As inscrições devem ser feitas pelas instituições ofertantes de residência, que poderão indicar até cinco profissionais por unidade.

Saúde Mental *em Pauta*

RADAR FPSM

Saúde mental do trabalhador

>>> UOL: Empresas vão ser cobradas por saúde mental no trabalho a partir de maio.
>>> Valor: Saúde mental no trabalho está abaixo do ideal.
>>> Correio Brasiliense: Saúde mental no trabalho: a importância da NR-01.

QUEREMOS TE OUVIR

Gostaria de sugerir alguma publicação?
Escreva para ***frentedasaudemental@gmail.com***